

Anos de chumbo



Por RAFAEL R. IORIS*

Bolsonaro, a destruição da democracia e seu legado macabro.

Na noite de 2 de junho, nossa funesta figura presidencial se apresentou à nação, em cadeia nacional de rádio e televisão, na tentativa de estancar a sangria do governo responsável pela maior tragédia humana da história contemporânea do país. Mesmo em meio a níveis históricos de desemprego, buscou reavivar a promessa do dito crescimento econômico que, se vier, será abaixo da média mundial.

Tanto no conteúdo do seu pronunciamento, como no seu estilo robótico e sem empatia pela dor coletiva de uma nação em processo de desconstrução acelerada, o que nosso líder mítico conseguiu demonstrar é que, para o clã Bolsonaro, estar e querer permanecer no poder está ligado, acima de tudo, à necessidade de se proteger de inúmeros processos legais e investigações criminais em curso. Para tanto, todos tipos de diversionismo serão aplicados.

Se no início o instrumento preferencial para tanto era a anacrônica luta contra o comunismo, hoje, quando o tema só encontra eco nas bolhas bolsonaristas, especialmente na caserna e nas PMs estaduais, volta à tona a velha tática dos *anos de chumbo* - se valer do dito esporte do povo. Embora o país continue a enfrentar a necessidade de restringir a circulação de pessoas, a nefasta decisão de acolher a Copa América foi tomada; algo inconcebível na atual situação nacional, mas que está sendo desvairadamente apresentado como razão para euforia em meio ao genocídio em curso.

O regime neofascista em curso é pautado pela criação permanente de crises. Complementando o quadro de convulsão social e dissolução de todas amarras institucionais da democracia que vivenciamos, em 4 de junho o Exército anunciou que não iria punir o general da ativa Eduardo Pazuello pela participação em ato político a favor do grande líder. Tanto a ida do desastroso ex-ministro ao ato, como a falta de punição ferem as normas de procedimento, assim como o que se esperaria de quaisquer Forças Armadas que tenham aceito sua existência dentro do marco da democracia. Evidentemente, esse não é o nosso caso. E ao decidir por tal rumo, conivente e submisso, os militares não mais podem se dizer isentos da mortandade e desmandos em curso.

O bolsonarismo é um movimento político com um fim em si mesmo. Além da proteção ao clã, Bolsonaro e seus herdeiros não têm agenda de governo. O próprio patriarca chegou a afirmar, em discurso no exterior, que veio para destruir. Não surpreende, pois, que suas ações envolvam de maneira tão clara o aumento da exclusão social, a promoção da divisão, do ódio e da falta de sensibilidade pela dor alheia. Deixar um legado para a história não é algo que faça parte do horizonte de visão do atual fatídico mandatário da *Terra de Cabral*. No entanto, mesmo sem fazer parte de seus projetos e ambições pessoais e familiares, o legado dos Bolsonaro já está definido.

Serão lembrados por terem possibilitado a eclosão da maior calamidade humana em uma nação não alheia à dor e ao sofrimento em massa. Sim, nossa história, muito além das conciliações e pactos intra-elites, foi definida pela exploração e violência imposta à maioria dos nossos habitantes. Mas nada se compara à destruição coletiva reiteradamente planejada que hoje vivenciamos. Não surpreenderá, portanto, se no futuro os descendentes dos atuais Bolsonaro prefiram mudar de sobrenome, a fim de silenciar o macabro passado de seus antepassados, e que, quando os brasileiros olharem no dicionário encontrem o termo Bolsonaro como sinônimo de genocídio.

a terra é redonda

Temos mesmo no poder do Brasil hoje um personagem não só trágico, mas também aberrante. Não que nossa história tenha sido isenta de figuras exóticas. Uns trataram a chamada questão social como caso de polícia, outros queriam varrer a corrupção com sua vassourinha mágica. Uns preferiam ouvir jogos de futebol no rádio de pilhas a governar, outros preferiam cavalos ao povo. Mas ninguém se equivale ao grau de insensibilidade de quem chama a maior crise sanitária global dos últimos 100 anos de “gripezinha” e faz piada dos que se contaminaram ou perderam entes queridos. E mesmo quando, muito a contragosto, se referiu ao problema, o fez de maneira inaceitavelmente egoísta, afirmado que como ele, por ter “histórico de atleta”, não iria se enfermar de maneira grave, e que, portanto, não havia problema; ou dizendo que “todos tem que morrer um dia”.

Eleito numa concertação de momento, ajudada por manobras escusas de juízes e promotores ativistas, Bolsonaro conseguiu encantar não somente as classes médias que queriam mudar isso aí, mas também comentaristas e empresários, sempre de plantão na defesa da “milagrosa” agenda liberal. Assim, legitimado pela aura tecnocrática de ministros que alegremente associaram-se a um deputado medíocre e monotemático, mas recauchutado como mito salvador, o ex-tenente chegou ao poder federal ungido na expectativa de alterações de curso.

Mas embora tenha aprofundado o desmonte do Estado de bem-estar-social da Constituição Cidadã de 1988 - iniciado pelo presidente de ocasião, Michel Temer, na promessa, sempre fugidia, da tal explosão de crescimento -, ninguém mais se lembra de tais promessas e seus apoiadores hoje se reduzem a asseclas ideológicos e generais apaniguados por benesses crescentes.

Presidentes se ocupam não só de implementar uma agenda para a qual foram eleitos, mas também de deixar um legado pelo qual serão reconhecidos nos livros de história. Independentemente do que Jair Bolsonaro vier a fazer, seja nos próximos 18 meses, seja em um eventual segundo mandato, seu sobrenome será conhecido no futuro como sinônimo de dor, aflição, desespero, horror e morte; e seu legado, e dos que com ele partilham seu macabro patronímico, será o da matança coletiva intencional, por atos e omissões, de, até o momento, meio milhão de seres humanos.

***Rafael R. Ioris** é professor da Universidade de Denver (EUA).